

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 130, DE 2001 (APENSOS: PRCs Nºs 16/2003, 21/2003, 19/2011, 70/2011 e 116/2012)

Altera os arts. 8º e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989.

Autores: Deputados ANA CORSO e ORLANDO FANTAZZINI

Relator: Deputado EVANDRO MILHOMEN

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de resolução, de autoria da Deputada Ana Corso e do Deputado Orlando Fantazzini, que visa a alterar dispositivos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados concernentes à composição dos cargos de direção da Mesa e das Comissões no âmbito desta Casa.

Dispõe a proposição que deverão ser reservados, para parlamentares de cada sexo, no mínimo 30% (trinta por cento) e, no máximo, 70% (setenta por cento) do número de cargos da Mesa (excetuados os de Primeiro e Terceiro Secretários e o de Terceiro Suplente) e dos cargos para Presidência das Comissões Permanentes.

Os autores justificam a alteração como forma de corrigir desequilíbrio na representação feminina nos cargos de direção da Casa. Destacam que são excluídos da regra os “cargos de Primeiro e Terceiro Secretários e o de Terceiro Suplente, a fim de que a medida fique restrita à decisão na Câmara dos Deputados, já que os cargos excluídos têm assento na Mesa do Congresso Nacional”.

À proposição em exame foram apensados os seguintes projetos de resolução:

1. PRC nº 16, de 2003, de autoria da Deputada Francisca Trindade, que acrescenta inciso ao art. 8º do Regimento Interno para reservar, na composição da Mesa, o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para Parlamentares de cada sexo;

2. PRC nº 21, de 2003, da lavra da Deputada Perpétua Almeida, que dispõe sobre a participação feminina nos cargos efetivos da Mesa Diretora, estabelecendo quociente de gênero proporcional ao número de deputadas na Casa;

3. PRC nº 19, de 2011, de autoria do Deputado Geraldo Resende, que altera o art. 39 do Regimento Interno para assegurar a participação proporcional da bancada feminina nos cargos de direção das Comissões - mínimo de 30% (trinta por cento) e máximo de 70% (setenta por cento) do número de cargos para Presidência e Vice- Presidência das Comissões Permanentes;

4. PRC nº 70, de 2011, da lavra da Deputada Janete Rocha Pietá, que acrescenta o art. 20-D ao Regimento Interno para criar assento efetivo da Bancada Feminina na reunião do Colégio de Líderes com o Presidente da Casa;

5. PRC nº 116, de 2012, de autoria do Deputado Amauri Teixeira e outros, que altera o art. 16 da Seção II do Regimento Interno para que todo dia oito de março a Presidência da Câmara seja exercida por uma mulher.

Os projetos em epígrafe foram encaminhados para apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso IV, alíneas *a* e *d*, do Regimento Interno, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativo, bem como sobre o mérito das proposições.

Examinando-as à luz do ordenamento jurídico-constitucional em vigor, verifica-se que os projetos de resolução obedecem ao disposto no art. 59, VII, e art. 51, III, da Constituição Federal, segundo os quais compete, privativamente, à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização e funcionamento por meio de resolução.

Quanto à juridicidade, não vislumbramos qualquer vício a ser apontado.

No que toca à técnica legislativa, as proposições atendem aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Finalmente, no que concerne ao mérito das proposições, a iniciativa é louvável, pois visa a aperfeiçoar a distribuição dos cargos da Mesa e das Comissões nesta Casa, abrindo caminho para uma representação mais igualitária, no que diz respeito ao grupo feminino, histórica e sistematicamente sub-representado nos cargos do Parlamento brasileiro.

Os projetos de resolução em comento pautam-se no direito da igualdade entre homens e mulheres garantido pela Constituição Federal e atuam na mesma linha da Lei nº 9.504, de 1997 (Lei das Eleições), que estabelece no art. 10, § 3º, a obrigatoriedade de os partidos ou coligações registrarem candidatos às eleições para os parlamentos na proporção mínima de 30% (trinta por cento) e na máxima de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo, garantindo, dessa forma, a participação feminina no processo eleitoral brasileiro.

Nesse sentido, somos favoráveis a estabelecer regramento para a participação feminina nos órgãos deliberativos da Casa. Consideramos que a melhor regra apresentada é a que assegura à mulher parlamentar o direito de plena participação junto à Mesa e às Comissões Permanentes e Temporárias, reservando-lhe, dentre os cargos existentes, percentual mínimo de 30% e máximo de 70%. Entendemos que não devem ser excluídos os cargos que têm assento na Mesa do Congresso Nacional, pois a Câmara dos Deputados, como integrante do mesmo, deve levar à instituição política essencial à democracia brasileira regras que tragam avanço à sociedade.

Igualmente relevante a participação permanente da Bancada Feminina na reunião do Colégio de Líderes com o Presidente desta Casa.

Consideramos, por outro lado, casuístico o projeto que estabelece a obrigatoriedade de a Presidência da Câmara ser exercida por uma mulher todo dia oito de março. A participação da mulher nos parlamentos deve ser efetiva e não apenas figurativa.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação dos Projetos de Resolução nºs 130, de 2001; 16 e 21, de 2003; e 19 e 70, de 2011, na forma do Substitutivo ora apresentado, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 116, de 2012.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 2012.

Deputado EVANDRO MILHOMEN
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 130, DE 2001

Altera os arts. 8º, 20 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Resolução altera os arts. 8º, 20 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989.

Art. 2º Os arts. 8º, 20 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

§ 6º Observado o disposto do caput deste artigo, deverão ser reservados, para parlamentares de cada sexo, no mínimo, 30% (trinta por cento) e, no máximo, 70% (setenta por cento) do número de cargos da Mesa”. (NR)

“Art. 20. Os Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo e uma representante da Bancada Feminina constituem o Colégio de Líderes.” (NR)

“Art. 39

.....

§ 6º Na eleição da Presidência e das Vice-Presidências das Comissões Permanentes e Temporárias, serão reservados, para parlamentares de cada sexo, no mínimo, 30% (trinta por cento) e, no máximo, 70% (setenta por cento) do número de cargos". (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 2012.

Deputado EVANDRO MILHOMEN
Relator